

Processo dialógico no emprego de nomes próprios de políticos brasileiros

Lívia Maria Turra Bassetto*

RESUMO: Da perspectiva bakhtiniana de linguagem, pretende-se investigar o emprego de nomes próprios em textos de teor político e discutir como esses nomes próprios podem exercer a função, não simplesmente designativa, mas também atributiva de figuras políticas, em foco no discurso. Para isso, analisar-se-ão textos de temas políticos, enfatizando-se a função do emprego de antropônimos no discurso político do autor, com base nos conceitos bakhtinianos de *enunciado*, *dialogismo* e *cronotopo*. Com a análise, sugere-se que o uso de nomes próprios como atributos está relacionado aos vários discursos com os quais o autor escrevente dialoga no *espaço* e no *tempo*, de modo que esses nomes próprios são marcadamente caracterizados por seu emprego socialmente sustentado nos usos dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: enunciado; nome próprio; dialogismo; cronotopo; políticos; atributos

ABSTRACT: On bakhtinian perspective of language, it is intended to investigate the use of proper names in texts of political contents and discuss how these proper names can perform the function, not simply designative, but also attributive of political figures, in focus in the discourse. For this purpose, texts of political themes will be analyzed, emphasizing the function of the use of anthroponomy in the author's political discourse, based on bakhtinian concepts of *enunciation*, *dialogism* and *chronotope*. With the analysis, it is suggested that the use of proper names as attribute is related to the many discourses with those the author dialogues in the *space* and in the *time*, so that these proper names are markedly characterized by their use socially sustained in the subjects' uses.

* Doutoranda em Estudos Linguísticos pela UNESP/ São José do Rio Preto. Professora colaboradora na UENP/ Cornélio Procópio. Email: liviamtb@hotmail.com

KEYWORDS: enunciation; proper name; dialogism; chronotope; politicians; attributes

Introdução

Com base nos estudos de Bakhtin (1992; 1993; 2004), de maneira particularizada, nos conceitos de *enunciado*, *dialogismo* e *cronotopo*, pretende-se, neste artigo, discutir a relação entre a concepção dialógica da linguagem e o emprego de nomes próprios em textos de cunho político, analisando como certos nomes próprios de figuras políticas, em determinadas situações enunciativas, podem colocar em evidência disseminação de sentidos sócio-historicamente constituídos. Pretende-se, pois, observar os nomes próprios não apenas na sua função designativa – isto é, na função de “nomeador” de referente –, mas em condições que lhe permitam se tornar atributivos, ou seja, capazes de atribuir características ao objeto de discurso.

Objetiva-se mostrar como *vozes* sociais com que o locutor dialoga são constitutivas dos nomes próprios de figuras políticas tanto de um “passado” quanto de uma contemporaneidade no País, uma vez que os empregos de nomes próprios emergem sócio-historicamente em enunciados genéricos partilhados nas diversas atividades verbais humanas. De uma perspectiva bakhtiniana, todo enunciado é *voz* que dialoga com outros enunciados/*vozes*, mas que também deixa ecoar *vozes* – eco de seu tempo (e de outros), da história de grupo social, de suas expressões, emoções, juízos de valor. (Bakhtin, 1992; Fiorin, 2008)

Inicialmente, são retomados pressupostos bakhtinianos e, na sequência, apresenta-se uma discussão sobre o emprego de nomes próprios, de uma perspectiva dos estudos funcionalistas (Neves, 2000). A aproximação de tais perspectivas – estudos bakhtinianos e estudos da gramática funcional – deve-se ao foco dado à língua em uso, destacando-se, assim, condições específicas do emprego de nomes próprios.

Numa terceira parte, faz-se a análise dos dados com base nos pressupostos teóricos apresentados. Os dados selecionados são excertos de crônicas jornalísticas de Diogo Mainardi, publicadas, inicialmente, na Revista *Veja* e selecionadas para o livro *Lula é minha anta* (Mainardi, 2008). É importante destacar que a seleção do *corpus* deve-se à postura crítica e áspera do autor e a toda a ideologia que tanto seu discurso, como o discurso do próprio veículo em que os textos de Mainardi estão inseridos deixam ecoar. Além disso, encontraram-se, no material, empregos diversificados de nomes próprios de políticos relevantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Ressalta-se também que não se pretende, neste artigo, assumir ponto de vista da revista e/ou de Mainardi, mas refletir, com base no dialogismo, sobre as reportagens da *Veja* e os textos de Mainardi no que se refere à compreensão dos atributos relacionados aos nomes próprios em questão.

A hipótese deste trabalho é de que os nomes próprios, em determinadas situações enunciativas, possam ser recurso capaz de atribuir característica – construída sócio-historicamente – à figura a que se refere, uma vez que alguns nomes próprios, em especial, neste caso, os de figuras políticas, trazem em si vozes de seu tempo, dialogando, assim, com outros discursos. Na sequência, encontram-se as referências utilizadas neste artigo.

1. Fundamentação teórica

Os estudos linguísticos contemporâneos têm como ponto de partida os trabalhos desenvolvidos por Saussure (2000), que, tendo uma noção estruturalista da linguagem, exclui tudo o que possa haver de particular na linguagem, já que sua concepção de língua é de um sistema supra-individual, formado por signos arbitrários, constituídos por duas faces – conceito e imagem acústica – unidas por convenção social.

Para o linguista genebrino, a partir da teoria do valor linguístico – para a qual a língua é um sistema de valores puros, diferenciais e relacionais, independentemente de uma relação com a “coisa” ou o objeto de mundo –, assegura-se a ideia de língua como forma e independente de substância, sendo estas – forma e substância – separadas por uma fronteira posta entre língua e realidade, que não deve ser ultrapassada pelos linguistas. Portanto, nessa concepção, os estudos linguísticos voltam-se à língua como estrutura.

De acordo com Saussure, entretanto, é o ponto de vista que cria o objeto. Isso equivale a dizer que a Linguística não é ciência de objeto dado, mas criado a partir dos objetivos de estudo, ou seja, “a linguística está orientada para o seu próprio discurso, na constituição do seu objeto, nos questionamentos acerca de seus fundamentos, processos, modelos, pressupostos, etc” (Cardoso, 2003: 2).

Dessa forma, pode-se dizer que a Linguística não se manteve estável, mas foi se distinguindo de acordo com a visão de língua/linguagem produzida em períodos históricos distintos. Assim, levando-se em conta a instabilidade na definição do objeto da Linguística, outras abordagens surgiram a respeito da linguagem, dentre elas, podem-se citar os estudos desenvolvidos por Bakhtin (1992), os quais influenciaram estudos linguísticos e literários.

Em oposição a um *objetivismo abstrato* apresentado por Saussure, Bakhtin (*idem*) volta-se à linguagem em uso como objeto de suas reflexões. O autor russo coloca em destaque concepção de linguagem segundo a qual há interação verbal entre locutores, a partir da enunciação que constitui a realidade da linguagem, conforme destaca o próprio Bakhtin (1992):

a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (Bakhtin, 1992: 123)

Com base nessa perspectiva, o sujeito – social e ideológico – usa a linguagem como forma de ação no contexto social, de modo que os sujeitos e as relações sociais se constituem *na* e *pela* linguagem. Por isso, Bakhtin (1992), sem desconsiderar ou ignorar a estrutura linguística, considera também, como constituintes da língua, elementos heterogêneos – aspectos sociais, culturais, históricos e ideológicos –, visto que a linguagem é, para o autor, fenômeno social, histórico e ideológico.

Essa concepção de linguagem se deve ao fato de o enunciado não ser pensado de maneira meramente formal; mais do que estrutura, trata-se da *concretização* de situação histórica definida entre sujeitos que compartilham de cultura e de ideologia próprias daquele momento histórico. Além disso, a linguagem se dá na interação, já que “a palavra constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro” (Bakhtin, 2004: 113).

A respeito do aspecto ideológico, diz também o autor:

não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas concernentes à vida. (Bakhtin, *idem*: 95)

Portanto, uma *compreensão responsiva* dos enunciados proferidos demanda colocar em confronto diferentes contextos históricos, ideológicos e culturais, os quais são evocados pelos sujeitos sociais por meio da linguagem.

Assim, diferentemente de Saussure (2000), para Bakhtin, o objeto de estudo é o *funcionamento* (sócio, histórico, cultural, ideológico) da língua e não a língua enquanto sistema abstrato. Consequentemente, a unidade básica de análise passa a ser o *enunciado* e não o *signo*, uma vez que neste conceito dispensa-se o

sujeito, enquanto, naquele, o sujeito, em interação com o outro, é exigência para que o enunciado exista.

A primazia, pois, é a do enunciado, considerado *unidade real de comunicação*, produzido em contextos sociais reais com sujeitos que agem, por meio da linguagem, em relação ao outro, em determinado grupo, no tempo histórico. Por isso, neste artigo, faz-se necessário destacar, primeiramente, o conceito de *enunciado* e, em seguida, os de *dialogismo* e *cronotopo*, de acordo com Bakhtin (1992). O interesse é a investigação de nomes próprios em textos de Mainardi (2008).

2. Enunciado, dialogismo e cronotopo

Com base nas ideias de Bakhtin (1992), o enunciado é a unidade básica de comunicação, produto da interação de indivíduos socialmente organizados, ocorrendo sempre em determinado local e tempo. O enunciado é produzido por sujeito histórico e é direcionado a outro, uma vez que, no âmbito da linguagem, o sentido só pode se dar na relação entre os interlocutores.

Como o enunciado envolve sempre interlocutores específicos em situações específicas, ele é sempre único e irreproduzível, pois a significação está relacionada também ao contexto de uso e não simplesmente à estrutura linguística. A esse respeito, Bakhtin (1992) diz:

por trás de todo texto, encontra-se o sistema da língua; no texto corresponde-lhe tudo quanto é repetitivo e reproduzível, tudo quanto pode existir fora do texto. Porém, ao mesmo tempo, cada texto (em sua qualidade de enunciado) é individual, único e irreproduzível, sendo nisso que reside seu sentido (seu desígnio, aquele para o qual foi criado). (Bakhtin, 1992: 331)

Portanto, o conceito bakhtiniano de enunciado pode ser entendido como produto da interação de indivíduos socialmente organizados e, assim, não existe fora de um contexto sócio-ideológico, procedendo de alguém e se destinando

sempre a outro alguém em determinada sociedade, regida por interesses e ideologias diversas. Todo enunciado implica *réplica, atitude responsiva ativa*, afirma Bakhtin (*idem*):

De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (linguística) de um discurso adota simultaneamente, para com esse discurso, uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma *atitude responsiva* (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável), toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor. (Bakhtin, *idem*: 290)

Destaca-se, pois, da perspectiva bakhtiniana, que todo discurso é essencialmente dialógico:

É no diálogo real que esta alternância dos sujeitos falantes é observada de modo mais direto e evidente; os enunciados dos interlocutores (parceiros do diálogo), a que chamamos réplicas, alternam-se regularmente nele. O diálogo, por sua clareza e simplicidade, é a forma clássica da comunicação verbal. Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico que expressa a posição do locutor, sendo possível responder, sendo possível tomar, com relação a essa réplica, uma posição responsiva. (Bakhtin, 1992: 294)

A partir dessas ideias, pode-se concluir que o sujeito, histórica, social e ideologicamente situado, é constituído na linguagem também pelo "outro", de modo que, ao enunciar, deixa marcas da sociedade, de seu núcleo familiar, de suas experiências, do (seu) tempo, além de pressuposições a respeito de seu interlocutor, tendo em vista também o (seu) contexto social.

Assim, na interação social, os sujeitos são constituídos por (palavras de) outros sujeitos e, ao mesmo tempo, constituem também o discurso dos "outros",

já que os discursos são sempre *respostas* a outros discursos, além de provocarem respostas na cadeia de comunicação.

Partindo-se dessas considerações, o estudioso do texto/enunciado pode observar não apenas aspectos gramaticais, mas também aspectos linguístico-enunciativos relacionados à produção de sentidos na investigação do jogo enunciativo entre subjetividade e alteridade na linguagem.

Para Bakhtin (1992), o dialogismo é constitutivo da linguagem, já que não há palavra primeira nem palavra última, pois todo texto é “absorção” de outros textos, é diálogo de *vozes*. O dialogismo não se confunde com a interação face a face, pois é sempre *diálogo entre discursos*, relação entre discursos no âmbito da história, numa possibilidade de contato, ora de consonância, ora de dissonância. O autor russo considera o dialogismo como modo de funcionamento real da linguagem, já que todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado; todo discurso é atravessado por outros discursos; todo texto é *voz* que dialoga com outros textos/*vozes*, mas também deixa ecoar *vozes* de seu tempo (e de outros), da história de um grupo social, de seus valores.

Nessa perspectiva, destaca-se que esse diálogo é visto como relações que ocorrem em uma ação histórica compartilhada socialmente, isto é, trata-se de diálogo realizado em um tempo e local específicos, mas sempre um diálogo mutável, devido às variações do contexto.

A partir dessa premissa, é importante ressaltar o conceito de cronotopo nos estudos bakhtinianos. Segundo Amorim (2006), nesse conceito proposto por Bakhtin (1993), há uma fusão dos índices espaciais e temporais em um todo inteligível e concreto, tendo como elemento privilegiado o tempo, já que, segundo a autora, “a concepção de tempo traz consigo uma concepção de homem e, assim, a cada nova temporalidade, corresponde um novo homem” (Amorim, 2006: 103). Cronotopo, observa Amorim, contrapõe-se à ideia de *exotopia* em Bakhtin, uma vez que esse último conceito busca privilegiar a noção de espaço, relacionando-se

à ideia de acabamento por se considerar que há necessidade do outro e de sua perspectiva para que haja acabamento. Assim, a exotopia é tida como desdobramento de olhares/ perspectivas a partir de um lugar exterior, sendo que é esse lugar exterior que permitirá uma visão diferente.

Para melhor compreender o conceito de cronotopo, retoma-se Bakhtin (1993: 13), que define o conceito como “uma categoria conteudístico-formal, que mostra a interligação fundamental das relações espaciais e temporais representadas nos textos, principalmente literários. Cabe acrescentar que o princípio condutor do cronotopo é o tempo”, sendo este – o tempo – histórico, enquanto o espaço é social.

Ainda a respeito desse conceito, o autor diz:

No cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo. Esse cruzamento de séries e fusão de sinais caracteriza o cronotopo artístico. (Bakhtin, *idem*: 211)

Para Amorim (2006: 106), “quando conseguimos identificar o cronotopo de uma determinada produção discursiva, poderemos dele inferir uma determinada visão de homem”, pois o cronotopo é um ponto de observação único e irrepetível no tempo, a partir do qual o sujeito observa o mundo.

É com base, em particular, nesse conceito de cronotopo que se busca analisar a constituição e a circulação de discurso(s) em crônicas com temática política no Brasil; procura-se investigar como essas visões de mundo são atualizadas em enunciados que dialogam com outros enunciados da língua. Tenciona-se, desse modo, estudar os usos diferenciados de nomes próprios, enfocando-os como possíveis atributos em determinadas práticas sociais. Destaca-

se a relação entre nomes próprios e fatores sociais, históricos, culturais e ideológicos que fazem com que aqueles sejam carregados de atributos.

Neste caso em específico, por ter como foco nomes próprios de políticos brasileiros, não há como negar que esses fatores acabam sendo destacados em determinados discursos com os quais o autor da crônica dialoga, o que coloca em evidência determinada situação comunicativa, de cunho sócio-histórico-cultural, que permite a emergência de enunciados no(s) discurso(s). Isso faz com que nomes como *Sarney*, *Collor*, *José Dirceu* ou *Lula* suscitem questões não ligadas estruturalmente ao nome em si, mas construídas social e culturalmente mediante outros discursos.

Para discutir este fenômeno da linguagem, apresentam-se, brevemente, considerações sobre *nome próprio*.

3. Nome próprio

A questão dos nomes próprios se mostra relevante e vem sendo tratada sistematicamente desde Platão, com *Crátilo: sobre a justeza dos nomes* (2001 [428? – 347? a.C]), havendo, no decorrer do tempo, variados estudos a respeito, cada qual de uma perspectiva. Entretanto, uma concepção que tem se consagrado, principalmente, na tradição gramatical é a de função designativa do nome próprio, segundo a qual este apresenta apenas nomeação individual instituída socialmente, não contando com uma significação específica¹ e, portanto, não atribuindo características ao ser nomeado.

Segundo essa noção de nomeação individual promovida pelo nome próprio, pode-se retomar a ideia apresentada por Bechara (2004) em sua gramática:

SUBSTANTIVO PRÓPRIO é o que se aplica a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente. Isto significa

¹ Isso não significa que não seja possível estudar a origem, a evolução dos nomes e seus diferentes processos de atribuição a um indivíduo, em muitos casos, motivada pelo sentido de um nome comum, como destaca Amaral (2011).

que o substantivo próprio se aplica a esse objeto ou a esse conjunto de objetos, considerando-os como indivíduos. Assim, um nome *João*, *Isabel* ou *Açores* só acidentalmente se aplicará a várias pessoas ou ilhas não porque estas apresentam características comuns que as identificam como membro de uma classe ou conjunto específico. Por isso cada *João*, cada *Isabel* e cada *Açores* é uma pessoa ou ilha considerada inconfundível para as demais. São materialmente idênticos, mas se aplicam a indivíduos diferentes. (Bechara, 2004: 113)

Ainda sobre essa função nomeadora do nome próprio, Neves (2000), ao tratar da natureza dos substantivos próprios, diz que:

Os **substantivos próprios**, diferentemente, não são **nomes** que se aplicam, em geral, a qualquer elemento de uma classe. Fazendo designação individual dos elementos a que se referem, isto é, identificando um referente único com identidade distinta dos demais referentes, eles não evidenciam traços ou marcas de caracterização de uma classe, e não trazem, pois, uma descrição de seus referentes. (Neves, 2000: 69, grifos da autora)

Esse recurso não atribui característica ao referente, mas apenas o nomeia. Da perspectiva que se assume neste trabalho, os empregos diferenciados de nomes próprios podem demonstrar como, em determinadas situações de uso, podem, mesmo que indiretamente, funcionar como atributos da figura a quem se referem.

Para o desenvolvimento da análise, são ressaltadas considerações feitas por Andrade (2003) e Neves (2000).

Andrade (2003), em seu trabalho de base funcionalista, descreve o comportamento de nomes próprios antecedidos pelo demonstrativo "esse(s)". Nesse estudo, fundamentado por Kleiber (1994), a autora destaca o comportamento semântico-pragmático da estrutura esse(s) + nome próprio, mostrando como pode ser empregada para introduzir, salientar, retomar, desambiguar, fragmentar e recategorizar o referente. Neste último caso,

demonstra-se que a recategorização² pode-se dar por meio de hiperonímia, metáfora ou metonímia. A autora seleciona exemplos, nos quais se pode observar que os nomes próprios não apenas apresentam o referente sob nova categoria, mas também trazem, por meio dessa categoria, atributos a ele.

Neves, em sua *Gramática de uso do português* (2000), também apresenta condições particulares de uso de nomes próprios de pessoa:³

Um antropônimo pode ser usado como substantivo comum, deixando, pois, de ser o substantivo próprio de uma pessoa determinada. Isso ocorre:

- com nome de pessoa famosa ou popular, para designar uma classe ou um exemplo de uma classe de indivíduos de determinada característica, como em

*Dizem que um **PELÉ**, um **AYRTON SENNA**, uma **MARIA ESTER BUENO** e um **ÉDER JOFRE** nascem de cem em cem anos. (FSP)*
*Um país para dar certo depende mais dos **DUNGAS** ou dos **ROMÁRIOS**. (FSP)*

- para fazer atribuição de uma característica própria da pessoa que tem aquele nome, como em

*Mas o ator não se perturbou, respondendo: "Eu sou o **JESUS CRISTO** deste circo". (RO)*
(= eu sou o mártir deste circo)

- com nome ou sobrenome de artista (pintor, escultor), para designar sua obra

*Acho que Rosa tem lido muito **NÉLSON RODRIGUES**. (RO)*
(= muita peça de autoria de Néelson Rodrigues) (Neves, 2000: 106-107) [grifos da autora]

² A recategorização, segundo Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), é recurso referencial pelo qual uma entidade já introduzida no universo do discurso sofre transformações que são perceptíveis pelo emprego de expressões referenciais renomeadoras. Em outras palavras, para esses autores, a recategorização é o processo a partir do qual se têm alterações em relação às categorias ou designações dos objetos-de-discurso realizadas com base nas intenções comunicativas do locutor, sendo essas alterações não só linguísticas, mas também cognitivas.

³ Consideram-se, nesse ponto, nomes próprios de pessoas também as alcunhas ou os apelidos, como se observa nos exemplos da autora: *Mataram o "**BOCA DE OURO**"!* (BO) e *O **BAIANO** sorria sem arrogância, mas sem o menor temor.* (AM-O). Também se comportam como nomes próprios as siglas formadas por iniciais ou por sílabas dos nomes que as compõem, como em: *A crise no **MDB** do novo Estado do Rio teria retardado sua decisão.* (VIS) (MDB = Movimento Democrático Brasileiro) (Neves, *idem*: 107)

Em casos como esses expostos por Neves, o emprego de antropônimos pode ser efetuado não na condição de meros nomeadores referenciais, mas como recurso que promove transformações nos referentes, atribuindo-lhes características construídas social e culturalmente acerca do nome próprio, o que faz com que esse nome próprio passe à condição de *substantivo comum*, como ressalta a autora.

O conjunto do material que interessa a este trabalho é formado de crônicas de temas políticos, sendo a maior parte dos nomes próprios utilizados de figuras políticas de destaque na sociedade contemporânea brasileira, o que pode levar a usos como os referidos por Neves.

Para que se possam observar quais são os atributos que estão ligados, em determinados contextos, a certos nomes próprios, recorrer-se-á, conforme já apontado, ao conceito de *enunciado*, *dialogismo* e *cronotopo*.

4. Análise de dados

Para realização da análise do material, primeiramente, convém ressaltar a intenção de se destacar a relação entre o nome próprio “Lula” e os nomes de demais políticos brasileiros do passado e da contemporaneidade do país, considerando as noções de *enunciado*, *dialogismo* e *cronotopo*, já que é o diálogo com outros discursos e a visão do homem a partir de determinado tempo que fazem com que os nomes próprios em questão relacionem-se e estejam vinculados a determinadas características.

O conjunto do material selecionado para este artigo é formado de enunciados extraídos de Mainardi (2008). Trata-se de “Teodoro e Teodorino”, “Fidel é brasileiro” e “Lula é o PT”, textos publicados, originalmente, em junho, agosto e outubro de 2006 na Revista *Veja*.

O fato de serem publicados inicialmente em *Veja* é de forte relevância para a compreensão do diálogo entre os discursos existentes nos textos, uma vez que,

por fazerem parte de um veículo de comunicação reconhecido, histórica e culturalmente, como adepto da chamada direita política, é esperado que sejam retomados discursos liberalistas ou elitistas, contrários ao governo do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), do Partido dos Trabalhadores (PT), reconhecidamente um partido de esquerda. Embora esses textos sejam assinados por Diogo Mainardi, não é possível desvincular a ideologia e os discursos constituídos desses textos da ideologia e dos discursos da revista em que são publicados, principalmente porque, por mais que um veículo de comunicação procure se mostrar imparcial no trabalho com o factual, a escolha da pauta, a apresentação dos fatos, a edição de cada matéria são necessariamente condicionadas a posicionamentos sócio-historicamente constituídos, seja do jornalista, do editor, do leitor da revista.

A primeira crônica em análise destaca o caso "Gamecorp", que compreendeu acordos dessa empresa – Gamecorp, especializada em entretenimento e *games*–, pertencente ao filho do então Presidente Lula, mais conhecido por Lulinha⁴, com a Telemar⁵, empresa concessionária de telefonia, e a Rede Bandeirantes, pertencente ao Grupo Bandeirantes de Comunicação. No período, Lulinha foi acusado de tráfico de influência, pois julgava-se que a compra pela Telemar de títulos emitidos pela Gamecorp tinha ocorrido mediante valores abusivos.

Essa polêmica foi suscitada em muitos veículos de comunicação em decorrência de vários acontecimentos. Primeiramente, a entrada de Lulinha como sócio da empresa se deu em menos de um ano após seu pai ter assumido o poder, fato que gerou certa desconfiança, visto que a sociedade da empresa requeria alto investimento. Além disso, em 2005, a Telemar fez um investimento de mais de 5 milhões de reais na Gamecorp, resultando, na sequência, em sociedade.

⁴ O uso do diminutivo do nome do pai como forma de identificação poderia ser compreendido como reflexo da relação de influências do pai sobre o filho.

⁵ A partir de 2007, a Telemar passou a usar a marca *Oi*, sendo assim identificada.

Quando, em 2006, a Gamecorp fechou contrato com a Rede Bandeirantes de Televisão para alugar um horário de programação destinado aos jogos e aos *videoclips*, comentou-se que a Bandeirantes havia passado a ter um acréscimo em sua receita originada de publicidade governamental.

Diante desse panorama, alegava-se que a empresa de Lulinha teria sido politicamente beneficiada por ser de propriedade do filho do então presidente da República, em sociedade com os filhos de Jacó Bittar, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). A suspeita levantada naquele período era de que a Telemar estaria auxiliando Lulinha na tentativa de alteração na "Lei Geral das Telecomunicações" para que fosse permitida a fusão com a concorrente "Brasil Telecom", o que era legalmente proibido.

Naquele contexto, Mainardi, buscando evidenciar, de seu ponto de vista, o tráfico de influência, produz a crônica com o título de "Teodoro e Teodorino", em que aproxima dois governantes cujos filhos, na perspectiva do autor, mantinham empresas de canal de TV. No entanto, é preciso destacar que o canal Play TV, acusado por Mainardi de ser propriedade de Lulinha, era apresentado como propriedade do Grupo Bandeirantes. Por isso, Mainardi teve de responder a um inquérito⁶ por crime contra a honra do Grupo Bandeirantes.

Lula e Lulinha são como Teodoro e Teodorino. Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, conhecido como "O Chefe", é o ditador da Guiné Equatorial. Está no poder desde 1979. Teodorino é seu filho. Tem um canal de TV. Internetei para cima e para baixo e, no mundo inteiro, só consegui encontrar esses dois casos de presidentes em exercício cujos filhos controlam canais de TV: Lula e Lulinha, Teodoro e Teodorino.

O canal de Teodorino é o RTV Asonga. O de Lulinha é o Play TV, antigo Canal 21, arrendado à Gamecorp pela Rede Bandeirantes. (Mainardi, 2008: 111)

⁶ Sobre o assunto, encontram-se mais informações em: http://www.conjur.com.br/2006-nov-29/diogo_mainardi_responder_inquerito_atacar_band. Acesso em 23 jan. 2012.

Já naquele momento, o referente *Lula* é introduzido por seu nome próprio “Lula” e retomado pela mesma expressão, na sequência:

Por mais de trinta anos, Lula e seus parceiros denunciaram o chamado coronelismo eletrônico, o sistema de favorecimento que garantiu a concessão de canais de TV, em nome próprio ou de parentes, a hierarcas nordestinos como José Sarney, Fernando Collor de Mello, ACM, Jader Barbalho, Garibaldi Alves, Albano Franco, Tasso Jereissati. Agora que Lulinha tomou posse de um canal de TV, ninguém parece se preocupar com isso, em particular os pelegos lulistas que controlam os sindicatos de jornalistas. Eu sempre desconfiei de que o real desejo de Lula fosse virar um José Sarney. Pronto: virou. Lula e Lulinha são como Sarney e Sarneyzinho. (Mainardi, 2008:112, grifos nossos)

Nesse enunciado, o autor tenta salientar, primeiramente, que, por se ter a indicação de que Lula, em sua trajetória política, era contrário ao sistema de favorecimento que garantia a concessão de canais de TV em nome próprio ou de parentes, se poderia atribuir a Lula caráter de hombridade em oposição a “hierarcas nordestinos”, incluindo, entre esses, políticos como José Sarney, Fernando Collor de Mello, Antônio Carlos Magalhães, Jader Barbalho, Garibaldi Alves, Albano Franco, Tasso Jereissati, todos esses nomes ligados, em momentos históricos específicos, a casos de corrupção no poder. Entretanto, observa-se que o que o autor tenciona colocar em evidência é a suposta contradição de Lula, apontando-o como contrário apenas quando os beneficiados eram outros políticos, já que estaria a favor desse beneficiamento quando o envolvido era seu filho, Lulinha.

O autor aproxima Lula de José Sarney, quando diz: “Eu sempre desconfiei de que o real desejo de Lula fosse virar um José Sarney. Pronto: virou. Lula e Lulinha são como Sarney e Sarneyzinho”.

Ao empregar o predicado nominal “virar um José Sarney”, tem-se esse nome próprio, antecedido por determinante indefinido, como atributo. Tal artigo indefinido já dá indícios de que o nome “José Sarney” não tem o papel de nomear

a figura política tão conhecida no país, mas apontar Lula como um homem, em determinado aspecto, semelhante a Sarney. Como, a partir da abertura política no Brasil, esse nome está mais comumente associado, em discursos de políticos e da sociedade como um todo, à corrupção, o autor tenta recuperar, dialogicamente, o atributo de corrupto, social, histórica e culturalmente construído a respeito de Sarney, para, assim, caracterizar Lula.

Diante de casos como o apresentado, pode-se notar que o nome “José Sarney” não é utilizado apenas para designar o ex-presidente e então senador da República, mas para caracterizar Lula como possível corrupto ou aproveitador do poder, passando, portanto, segundo a perspectiva de Neves (2000), à condição de nome comum.

Para compreender o nome “José Sarney” com esse atributo, é preciso retomar aspectos da história política do Brasil, com atenção voltada aos dizeres que circulam socialmente a respeito dessa figura política. Por isso, faz-se necessário recuperar discursos políticos presentes na sociedade brasileira e conhecer o tempo em que os fatos mencionados no texto ocorreram, pois esse conhecimento contribui para leitura crítica da relação de aproximação estabelecida entre Lula e Sarney, assim como entre Lulinha e Sarneyzinho.

A respeito de Sarney, sabe-se que essa figura foi acusada em diversas situações da política brasileira de nepotismo e corrupção, envolvendo-se em escândalos políticos inúmeros. Em 2006, particularmente, ocorreu mais um escândalo em que estavam envolvidos Sarney e seu filho, Fernando Sarney. Segundo reportagem publicada em diversos meios de comunicação, como *Folha de S. Paulo*, Revista *Veja* e diferentes *sites*,⁷ ambos foram pegos em escuta telefônica, discutindo o uso de duas empresas do grupo de comunicação da família – a TV Mirante (filial da Rede Globo) e o jornal “O Estado do Maranhão” – para

⁷ Ver, por exemplo, <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/familia-sarney-o-filho-do-homem-comum-e-a-grana-no-exterior/> (acesso em 20 set. 2011), e <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u507511.shtml> (acesso em 20 set. 2011).

veicular denúncias contra Jackson Lago (PDT – Partido Democrático Trabalhista), opositor, naquele ano, de Roseana Sarney (outra filha de José Sarney), na disputa pelo governo maranhense. A operação da Polícia Federal, denominada “Operação Boi Barrica”, analisava, então, movimentações financeiras suspeitas no período eleitoral de 2006.

É esse contexto que parece marcar a aproximação feita por Mainardi entre Lula e Lulinha e Sarney e Sarneyzinho, como diz o autor, fazendo alusão ao suposto abuso de poder e uso de dinheiro público em prol de interesses políticos e econômicos, além de ambos os casos envolverem empresas de comunicação.

Mainardi tenciona relacionar os dois ex-presidentes, aproximando-os nas características, por ambos estarem supostamente envolvidos em casos de abuso de poder e por terem como personagens desses casos seus filhos. Com essa aproximação, o autor sugere aos leitores a ideia de que Lula não seria diferente dos chamados “hierarcas nordestinos”.

A aproximação das duas figuras políticas é realizada na retomada dos discursos com os quais Mainardi dialoga e da visão do homem acerca de seu tempo. Lembra-se que essa retomada nada tem de imparcial, uma vez que coloca em evidência visão de mundo e ideologias constitutivas do posicionamento enunciativo assumido pelo jornalista e pela instituição.

Na crônica “Fidel é brasileiro”, há também, por meio da predicação nominal, a atribuição indireta de características a Lula a partir do emprego de nomes próprios, como em destaque a seguir:

Lula é a expressão de algo bem mais familiar na política brasileira e de que nunca vamos nos livrar. Ele é o ACM. É o Sarney. É o Jader Barbalho. É o Severino Cavalcanti. (Mainardi, 2008: 126, grifos nossos)

Para refletir sobre a atribuição dessas características, é preciso recuperar os atributos mais comumente ligados aos nomes "ACM",⁸ "Sarney", "Jader Barbalho" e "Severino Cavalcanti".

ACM é sigla para o nome do político baiano Antônio Carlos Magalhães, envolvido em tensos episódios da política brasileira. Entre os casos mais relevantes para o contexto, está o episódio de 2000 em que protagonizou uma série de ofensas a e acusações contra o então senador Jader Barbalho, também destacado no excerto anterior; este acusava ACM de "corrupto", enquanto ACM o acusava de "ladrão".

Essas acusações, segundo reportagem da *Veja on-line*, de 27 de dezembro de 2000,⁹ devem-se ao fato de Antônio Carlos Magalhães ter dito que Jader Barbalho havia levado "até o cofre para casa", em alusão a verbas do Ministério dos Transportes – comandado, na época, por Eliseu Padilha, correligionário de Barbalho e acusado por ACM de acobertar irregularidades no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Segundo ACM, as verbas do Ministério dos Transportes haviam sido roubadas por Jader Barbalho, reforçando-se, assim, o atributo de "ladrão".

Em resposta, Barbalho resolveu pedir a abertura de três CPIs¹⁰ para investigar ACM, sendo uma para a investigação de empreiteira pertencente a um genro de ACM (a Construtora OAS¹¹), outra para apurar supostas irregularidades no governo da Bahia, e uma terceira para vasculhar as contas do Banco do

⁸ Segundo Neves (2000: 107), as siglas também se comportam como nomes próprios, visto que, geralmente, são formadas, como nesse caso, pelas iniciais dos nomes que as compõem.

⁹ As informações foram retiradas de reportagens da *Veja on-line* (http://veja.abril.com.br/271200/p_032.html acesso em 20 set. 2011) por Diogo Mainardi trabalhar como colunista nessa revista. Mais informações foram retiradas do site <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=34165> (acesso em 24 jan. 2012).

¹⁰ CPI (sigla para Comissão Parlamentar de Inquérito) consiste em uma investigação realizada pelo Poder Legislativo, que se vale da casa parlamentar para ouvir depoimentos e obter informações sobre determinado caso em discussão, geralmente, em suspeita de corrupção.

¹¹ Sigla constituída pelas iniciais dos sobrenomes dos sócios da construtora: Durval Olivieri, César de Araújo Matta Pires e Carlos Suarez.

Nordeste, comandado por Tasso Jereissati, já que este havia alegado grande desprezo por Jader Barbalho.

No caso da Construtora OAS, Jader Barbalho acusou ACM de não declarar à Receita Federal todos os seus bens, dentre os quais se encontraria a empreiteira, que estaria no nome de pessoas interpostas (popularmente, chamadas de “laranjas”). A segunda investigação, a respeito do governo da Bahia, estava relacionada à suspeita de falsificações de CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) no programa de SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão) da Bahia, que teria gerado prejuízo ao sistema financeiro. Essa suspeita de irregularidades teria ocorrido durante o governo de César Borges, afilhado político de ACM, o que para Jader Barbalho poderia ser uma oportunidade de relacionar ACM a essas possíveis irregularidades, até mesmo porque o episódio poderia atingir a filha de ACM, ex-funcionária do serviço. Já a terceira CPI busca investigar suposta irregularidade em empréstimos realizados pelo Banco do Nordeste a um grupo restrito de empresas. Dentre esses pedidos de empréstimos irregulares feitos por políticos influentes na Bahia, numa lista, encontrar-se-ia o nome de Antônio Carlos Magalhães, segundo reportagem da Revista *Época*¹².

Toda essa polêmica teria sido motivada, segundo reportagens da grande imprensa, pela disputa na sucessão no Senado, que se daria em início de 2001. Ambos os políticos – ACM e Jader Barbalho –, acusados de envolvimento em casos de corrupção, tiveram que renunciar ao cargo para evitar que tivessem seus mandatos cassados.

A respeito de Sarney, como apontado anteriormente, este também é acusado de corrupção e nepotismo. No caso de favorecimento de parentes, trata-se de crime, na avaliação do Supremo Tribunal Federal. Em 2003, no entanto, o cargo de assistente parlamentar é dado por José Sarney a sua cunhada, posteriormente, promovida ao cargo de secretária parlamentar. Além desse caso,

¹²Informações apresentadas no site <http://epoca.globo.com/edic/20010416/brasil1a.htm>. Acesso em 12 mar. 2012.

há outros que foram patrocinados por Sarney e que marcam a história política brasileira, deixando essa figura caracterizada por aspectos negativos.

Em relação ao nome de Severino Cavalcanti, convém retomar o caso “Mensalão”, no qual ele foi acusado de envolvimento.

O escândalo do Mensalão surgiu, na época, como efeito cascata, conforme diz Silva (2006: 11). O início dos escândalos se deu com a revelação do conteúdo de uma fita em que Maurício Marinho, chefe de um departamento nos Correios, é filmado pedindo “propina” a empresários em nome do deputado Roberto Jefferson, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e importante aliado do governo. Em consequência, o deputado resolve denunciar o “mensalão” – esquema de pagamento de “mensalidades” a deputados que votassem a favor de projetos do Poder executivo –, o que levaria ao aparecimento de muitos envolvidos, dentre eles, José Dirceu, Marcos Valério, Delúbio Soares, Duda Mendonça e Severino Cavalcanti. Com isso, figuras importantes do cenário político acabaram por perder seus cargos.

No caso específico de Severino Cavalcanti (então presidente da Câmara dos Deputados), foi apresentado, na época, documento que comprovava que ele havia recebido “propina” de um empresário, dono de um restaurante, para renovação de contrato de exploração do restaurante da Câmara em Brasília (DF). Por meio desse documento, teria se confirmado o envolvimento de Severino Cavalcanti no chamado escândalo do Mensalão.

Todos esses nomes, ligados culturalmente a casos críticos e, como diz Mainardi, *familiares* da política brasileira, servem, no contexto da produção textual da crônica, como atributos negativos de Lula. Com o uso dos nomes próprios em questão, nos predicados nominais “é o ACM. É o Sarney. É o Jader Barbalho. É o Severino Cavalcanti”, todos tendo como sujeito “Lula”, aponta-se, dialogicamente, Lula como possuidor de características como “ladrão”, “corrupto” e “adepto do

nepotismo”, o que faz com que esses nomes próprios passem à condição de nomes comuns.

O mesmo ocorre no excerto extraído de “Lula é o PT”, em que o cronista seleciona nomes de políticos petistas envolvidos no escândalo do “Mensalão”, com o objetivo de caracterizar (qualificar negativamente) Lula. Com isso, por meio de um ponto de observação no seu tempo – o cronotopo, que instaura, no texto, a realidade história e o ponto de vista daquele tempo e espaço –, o autor procura denegrir a imagem do então presidente da República.

Lula é o PT. Lula é Delúbio Soares. Lula é Marcos Valério. Lula é o golpismo do mensalão e do dossiê Vedoin. (Mainardi, 2008: 146, grifos nossos)

Por meio da repetição do nome próprio “Lula”, há também a tentativa de reforçar a sua figura, relacionando-a, insistentemente, à de Delúbio Soares e Marcos Valério, ambos acusados de envolvimento no caso “Mensalão”, como indicado. Essa relação ainda se reforça por haver em comum entre os dois políticos – Delúbio Soares e Marcos Valério – e Lula o fato de serem petistas, isto é, seguidores do mesmo partido político.

Delúbio Soares, na época, era o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), por isso era acusado de receber pagamentos feitos pelo empresário Marcos Valério com dinheiro desviado de empresas estatais, tornando-se ambos – Delúbio Soares e Marcos Valério – alvo de comentários e acusações.

A partir dessa atribuição, Mainardi busca reforçar a característica de corrupto que ele atribui a Lula, visto que o então presidente, como petista, seria semelhante aos seus companheiros partidários.

Em suma, todos esses nomes, relacionados ao referente Lula por meio da predicação nominal, são empregados na produção textual das crônicas de Mainardi com o objetivo de construir o referente em foco a partir de um ponto de vista depreciativo de Lula, uma vez que são reforçados por nomes de políticos

considerados desonestos que acabaram, direta ou indiretamente, denegrindo a imagem do então presidente da República na época dos fatos apresentados.

Diante da análise, constata-se que a atribuição feita a Lula apenas pode ser compreendida e retomada ao se resgatar discursos com os quais Mainardi dialoga em suas crônicas – ou seja, a partir do dialogismo bakhtiniano – e ao considerar que o ponto de observação desse autor revela muito de sua relação com seu tempo e com seu “espaço” de produção – o cronotopo –, visto que, por seus textos serem publicados inicialmente na Revista *Veja*, alinhada com ideais de direita, já era esperada do autor essa posição de ataque ao então presidente da República.

Considerações finais

Buscou-se demonstrar como nomes próprios de políticos brasileiros foram empregados em crônicas jornalísticas, não como meros nomeadores de referentes, mas como recurso de construção da figura de Lula, uma vez que esses nomes foram utilizados como atributos ao referente.

Para tal análise, considerou-se a linguagem na perspectiva de Bakhtin (1992), segundo a qual a linguagem é fenômeno social, histórico e ideológico. Portanto, neste artigo, voltou-se à linguagem em uso, opondo-se, conseqüentemente, à visão tradicional de linguagem que considera apenas a função designativa dos nomes próprios.

Por meio dos nomes destacados nos enunciados, o autor das crônicas recupera *na cadeia da comunicação* discursos políticos nos quais as figuras de José Sarney, ACM, Jader Barbalho, Severino Cavalcanti, Delúbio Soares e Marcos Valério, dentre outros, estão mais comumente associadas. Nesse tempo histórico, reconhecidos social e culturalmente como maus políticos por terem se envolvido – supostamente ou não – em casos de corrupção enquanto estavam no poder, todos

são relacionados a Lula como atributos negativos do então presidente da República.

Com isso, esses nomes próprios exercem a função de atribuição de características a Lula, por trazer a essa figura modificações no decorrer do texto, deixando, portanto, na perspectiva de Neves (2000), de serem considerados nomes próprios para exercerem a função de nomes comuns.

Destaca-se que esses atributos só podem ser reconhecidos como negativos quando se consideram o contexto de produção do texto – e o seu tempo – e os fatos políticos. Além disso, convém ressaltar que o fato de se ter a seleção dessas crônicas para a composição de um livro denominado *Lula é minha anta* já faz com que se pense na figura do presidente em questão como o alvo de críticas do cronista, uma vez que “anta” não tem como referente o animal, mas assume sentido pejorativo – geralmente relacionado à falta de inteligente –, revelando a constante tentativa de Mainardi de atacar Lula.

Também cabe destacar que tais textos foram publicados inicialmente na Revista *Veja*, veículo de comunicação reconhecido histórica e socialmente como favorável ao liberalismo, à direita do poder, característica essa que poderia justificar a crítica feita a Lula e a todos a ele ligados, já que é a *Veja* o “lugar de enunciação” de Mainardi. A própria linguagem, mais ofensiva e direta, também é marca da revista, que trouxe tal estilo como herança dos “neocons”¹³ americanos, estilo esse que pode ser encontrado nos textos de Mainardi.

Outra particularidade relevante relacionada à revista é o fato de ser considerada elitista, tendo como foco uma classe média e alta, ideologicamente antipática ao governo Lula, por este ser popular e esquerdista. Portanto, tais características, vistas como conservadoras da direita política brasileira, reforçam os

¹³ Palavra derivada de “neoconservadorismo”, uma corrente filosófica surgida nos Estados Unidos nos anos sessenta. O termo está relacionado a um estilo mais ofensivo, direto e marcante utilizado pela mídia. Luis Nassif, em seu blog <http://sites.google.com/site/luisnassif02/> (acesso em 13 fev. 2012), faz críticas a *Veja* por considerá-la adepta dos “neocons”, não valorizando, segundo Nassif, a qualidade jornalística.

supostos atributos negativos de Lula, principalmente por se ter um discurso ideologicamente marcado pela oposição ao governo do ex-presidente. A parcialidade a respeito dos fatos, quase nunca atribuída à prática dos meios de comunicação, faz-se presente em *Veja*, como destaca seu próprio jornalista e diretor adjunto, Eurípedes Alcântara, em entrevista a Maria Alice Carnevalli:

A revista dá a notícia, mas fornece também o contexto e ainda indica um direcionamento; ela não esconde o que pensa por uma questão de fidelidade ao leitor, que espera um posicionamento da nossa parte. A diferença básica das outras publicações do gênero no Brasil é que nós não fugimos da responsabilidade de dar uma opinião nossa. Não podemos renunciar a isso, porque precisamos ter essa identidade até para as pessoas poderem expressar-se contra ou a favor. (Carnevalli, 2003: 73- 74)

A partir dessas particularidades do veículo de comunicação, no qual os textos de Mainardi foram publicados inicialmente, fica difícil dizer o que é “do autor” e o que é “da revista”, uma vez que os fios ideológicos que compõem a trama dos discursos são indissociáveis – respondem, uns aos outros – e se estendem ao longo da cadeia de enunciação, no âmbito sócio-histórico. Mesmo que os textos de Mainardi sejam considerados crônicas – as quais são reconhecidas pela expressão de ponto de vista “próprio do autor” a respeito de fatos cotidianos –, eles não podem ser analisados sem a consideração da filiação a esse lugar institucional que marca dialogicamente o enunciador e, conseqüentemente, a enunciação.

Cabe ressaltar, por fim, que a assunção do dialogismo como princípio constitutivo da linguagem e dos aspectos “extraverbais” que permitem a emergência de enunciados concretos possibilita, ainda, “ouvir” vozes outras que “ecoam” na enunciação, como as que afirmam que corrupção não é privilégio de políticos da atualidade, mas é prática, dentre autoridades, desde que o território era colônia de Portugal. Há, ainda, aqueles que se propõem defender e cultuar Mainardi. Num fórum de discussão digital, cujo tópico era “Vocês leram o livro

'Lula é minha anta?'" , um dos participantes diz, em referência ao autor: "é pena que as circunstâncias forcem-no a usar seu privilegiado cérebro com o Lula." O enunciado, que poderia ser tomado como irônico em outro contexto, é assim justificado: "É que, penso eu, o cérebro, nossas capacidades intelectuais, se desenvolvem quando se dedicam a grandes conceitos [...], ao contrário, se definham quando estão ocupados por algo que só evoca mesquinha, pequenez, retrocesso, torpeza, e, assim, nos conduz à escuridão."¹⁴. A investigação dos nomes próprios em enunciados de viés político coloca em evidência o fato de as relações dialógicas serem marcadas pelo conflito entre distintos posicionamentos sócio-historicamente constituídos.

Referências

- AMARAL, E.T.R. O sentido da pessoa. *Língua Portuguesa*, São Paulo, 01 fev. 2011.
- AMORIM, M. Cronotopo e exotopia. In: Brait, B. (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 95-114.
- ANDRADE, M. L. F. de. Nomes próprios determinados pelo demonstrativo "esse(s)". In: *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v.32, 2003.
- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Construction de la référence et strategies de designation. In: BERRENDONNER; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (eds.). *Du syntagma nominal aux objects-de-discours*. Neuchâtsh, Université de Neuchâtsh, p. 227 – 271, 1995. [Tradução livre de Mônica Magalhães Cavalcante]
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. feita a partir do francês: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Unesp, 1993.
- BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

¹⁴ Disponível em <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20071129174117AA250x4>. Acesso em: 06 jun. 2012.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev.e ampl. 14º reimp. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CARDOSO, S. H. B. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos*. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

CARNEVALLI, M. A. *Indispensável é o leitor – o novo papel das revistas semanais de informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, 2003.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

KLEIBER, G. *Nominales. Essais de sémantique référentielle*. Paris: Armand Colin, 1994.

MAINARDI, D. *Lula é minha anta*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PLATÃO. *Crátilo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Trad. Antônio Chelini et al. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

SILVA, J. M. da. O governo Lula em revista: o jornalismo como fenômeno de descobrimento. (a cobertura de *Veja*). *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 29, abr. 2006.